

1830 Quarta-feira 18

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Maio de 1988

A SRA. PRESIDENTA (Irma Passoni) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOAQUIM BEVILACQUA (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr Presidenta, Srs. Deputados, assistimos ontem à divulgação da carta de intenções do Governo referente à crise econômica. Algumas medidas enunciadas, como a desburocratização, o plano de política industrial, sobretudo nos setores mais avançados da tecnologia, a normatização do sistema financeiro e outras mais, mostram que, depois de três anos de Nova República, até hoje o Governo não foi capaz de apresentar uma política industrial, uma política agrícola e sequer uma forma concreta de contenção do déficit público e, sobretudo, do processo inflacionário.

Sr Presidenta, Srs. Deputados, espanha-nos constatar que, nesses três anos e pouco, o Governo ainda não tinha encontrado um caminho seguro, políticas definidas que pudesssem ser apoiadas ou criticadas, das quais pudéssemos discordar com as quais acordássemos.

A declaração de intenções, feita ontem de forma solene diante dos Governadores de Estado, de outro lado apresenta uma face política que me parece muito evidente: é a retomada da política de Governadores, que nunca deu certo neste País, que sempre combatemos e criticamos, porque entendemos que a vertente da representação popular passa primeiramente pelo Congresso Nacional, pela Câmara dos Deputados, que representa o povo brasileiro, e pelo Senado da República, que representa as Unidades Federativas. Os Governadores, chefes dos poderes executivos das Unidades da Federação Brasileira, têm de resolver os seus problemas regionais. O quadro, entretanto, apresenta-se invertido: os Senadores, representantes das Unidades da Federação, não foram chamados para tomar conhecimento dessa carta de intenções; foram, isto sim, os Governadores. Por quê? Porque os Governadores são chefes políticos de fato do "PRI" brasileiro, do establishment que se pretende modificar, mas a Nova República ainda não conseguiu fazê-lo.

Há tempos, Sr Presidenta, aqui criticamos essa nefasta política de governadores. Vemos, contudo, fatos concretos e administrativos a plasmarem, de forma definitiva, esta política entre nós. Um exemplo deste fato é a maneira de aplicar aquilo que impropriamente se chama de Sistema Único de Saúde, que, na realidade, deveria ser sistema integrado de saúde. Ora, o meu município, São José dos Campos, como anteriormente o Município de Osasco, em São Paulo, fez convênio com o Ministério da Previdência, anos atrás, para execução de um programa de saúde pública, e hoje vemos que esses programas têm de passar, têm de receber o benéplacito, o aval, a intermediação dos Governadores de Estado, numa prática que não está dando resultado do ponto de vista administrativo, que está gerando conflitos salariais entre os salários dos médicos dos municípios e os dos médicos do Estado, que está provocando — e ainda há pouco o meu colega, Deputado Elias Murad, falava sobre isto da tribuna, a reincidência lamentável da hanseníase entre nós. Isso mostra que o programa de saúde também não vai bem, principalmente porque a política dos Governadores acaba sendo mais política do que administrativa.

Fazendo esta crítica, ao mesmo tempo lembramos ao Governo que o congelamento da URp só faz agravar a crise econômica. Agora mesmo estamos assistindo à demissão de funcionários da Embraer — Empresa Brasileira de Aeronáutica, bem como as crises na Petrobras, principalmente na refinaria da empresa em São José dos Campos. São setores vitais para o desenvolvimento brasileiro que estão sofrendo as consequências desse irresponsável congelamento da URp.

Sr Presidenta, caros colegas, esperamos que essa carta de intenções não seja do tipo daquelas famosas cartas de intenções que o Governo envia ao FMI apenas para inglês ver. Esperamos também que a carta de intenções de ontem não tenha sido editada apenas para conquistar eventuais ingênuos que ainda acreditam na execução de um efetivo programa do Governo, que é um governo provisório, em fim de mandato. Por fim, Sr Presidente, esperamos que a carta de intenções não tenha sido feita — repito — para inglês ver, mas para o americano ver, o que cheifa a missão do FMI e está no Brasil.

O Sr. Virgílio Guimarães — Sr Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

A SRA. PRESIDENTA (Irma Passoni) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr Presidenta, Srs. Deputados, o Presidente José Sarney, após uma reunião com Governadores de vários Estados brasileiros, divulgou ontem as medidas que pretende implementar na área econômica para resolver a grave crise que passa o Brasil.

Os objetivos básicos do Governo — evidentemente, da maior relevância — para resolver esta situação seriam os seguintes: evitar o aceleramento da inflação, retomar o crescimento econômico e reduzir as disparidades de distribuição de renda. Quero dizer, o que o Governo coloca é óbvio, é aquilo que o povo brasileiro percebe com clareza.

Mas, o que têm a ver esses objetivos explicitados pelo Governo com as ações propostas na carta de intenções? Absolutamente nada. O Governo pretende, na realidade, mas uma vez ajoelhar-se ante o Fundo Monetário Internacional para ajustar nossa política interna àquilo que o FMI exige, para que o Brasil possa cumprir o que lhe é exigido por parte dos banqueiros internacionais.

Como retornar o crescimento econômico, se o Governo pratica uma política de recessão? O estabelecimento desse objetivo serve apenas para fazer parecer justa a ação governamental, visto que retorna aquelas metas que foram a desgraça nacional no final do Governo Figueiredo.

O Governo diz que haverá distribuição de renda, mas não apresenta um único item sequer nesse plano que corresponda, de fato, à sua consecução. Tive oportunidade de estudar dados recentemente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística segundo os quais no Brasil há uma crescente concentração de renda.

Para alcançar esses objetivos, o Governo declara que combaterá o déficit público, normalizará as relações com a comunidade financeira internacional, modernizará a economia e dará relevância ao social. Nesta área, entretanto, nada sugere fazer, a não ser enfatizar a propaganda, que já ocorre desde há algum tempo. Para combater realmente o déficit público, o que o Governo tem feito são cortes dos subsídios e dos incentivos que visavam a atender à área social e aos desequilíbrios regionais existentes no País, e a privatização das empresas estatais, colocando em leilão o patrimônio do povo.

Se Presidenta, esse plano nada tem de novo, a não ser o palavrão demográfico de ênfase no social, e de distribuição de rendas — uma velha prática do Governo Sarney — não apresenta qualquer inovação em relação ao que foi a política econômica do Sr. Delfim Netto e do Sr. João Baptista Figueiredo. Pois isso, deva não apenas ser denunciado aqui da tribuna do Congresso Nacional, mas, acima de tudo, levado para os trabalhadores, para os sindicatos, servidores públicos e servidores das estatais, a fim de que, além de denunciá-la, possamos construir obstáculos reais à implementação desse plano e ao retorno do Brasil ao FMI. Consequentemente, estaremos criando uma pressão de massa da opinião pública para evitá-lo que isso se concretize, e as assembleias sindicais lutariam para impedir que o arrocho salarial — um dos ingredientes do receituário que o Fundo Monetário Internacional sempre impôs aos países que a ele se submeteram — seja um componente desse plano.

Fica, pois, registrado o nosso protesto contra essas metas do Governo, contra mais essa carta e esse acordo com o FMI.

Gostaria ainda de dizer que o PT tem propostas para sair dessa crise que avançam de fato na área social, pois são contrárias ao endividamento externo e ao retorno ao FMI, correspondendo realmente aos interesses do povo. (Palmas.)

O Sr. Oswaldo Trevisan — Sr Presidenta, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

A SRA. PRESIDENTA (Irma Passoni) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. OSWALDO TREVISAN (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr Presidenta, Srs. Deputados, esta Casa vota hoje em discussão única o Projeto de Lei nº 201-B, que estabelece normas para as eleições municipais de 15 de novembro de 1988. É uma lei que toda a sociedade brasileira está aguardando ansiosamente, pois que há um forte desejo de realização das eleições municipais.

Os Prefeitos atuais foram eleitos em 1982, portanto estão exercendo o cargo há seis anos. Tanto esses prefeitos já estão cansados do longo tempo de administração, como também o povo está ansioso para renovar, para votar, nessas eleições municipais. Por isso, Sr Presidenta, Sr e Srs. Deputados, o meu partido, PMDB, está firmemente decidido a aprovar esta lei ainda hoje.

O PMDB quer a realização dessas eleições, e pelo acordo de lideranças é importante que não haja dispersão dos líderes e que a votação se realize o mais rapidamente possível, se necessário pelo voto das lideranças, para que não haja postergação dessa lei, porque é um desejo de toda a Nação brasileira.

Com relação à situação econômica e financeira do País, Sr Presidenta, ontem, como já falamos há pouco, foi lançado um plano de emergência para contenção do déficit público. No entanto, é importante que todos tenhamos uma ideia do que efetivamente o País precisa, de quais são os reais problemas que enfrentamos no momento.

É fácil analisar o assunto rapidamente. Somos hoje um País com 140 milhões de brasileiros, com uma taxa de crescimento demográfico próxima de 3%. Isto significa que cerca de 4 milhões de novos brasileiros nascem em nossa Pátria a cada ano. São 4 milhões de novos brasileiros que precisam, desde o seu nascimento, de mais assistência médica, de mais hospitais, mais remédios, mais roupas, mais comida para comer e casa para morar, e, à medida que vão crescendo, de mais emprego.

Sabemos que por este Brasil afora, quando o jovem ou a jovem alcança a idade de quatorze, quinze, dezesseis anos, o pai diz: "Meu filho, minha filha, vocês precisam arranjar um emprego para ajudar a família". E o jovem ou a jovem sai pelas cidades à procura de emprego, a procura de uma colocação. A economia deve estar preparada para receber esses jovens no mercado de trabalho, sob pena de frustrá-los e criar um problema social muito grande para a Nação.

P. o que é preciso fazer para criar novos empregos? Implantar novas fábricas, novas indústrias, novas casas de comércio, ampliar a área de terra agricultável. Para isso são necessários novos investimentos. E de onde advêm os investimentos? Nas elementares lições de economia, aprendemos que os investimentos se originam da poupança. O que é poupança? É a parte da renda não consumida. E quem faz poupança? Existe a chamada poupança nacional, ou seja, a poupança interna, e a poupança de origem externa. A poupança interna decorre da poupança feita pelos indivíduos, pelas empresas e pelo Governo, em conta corrente.

A poupança individual é essa economia que cada um de nós faz, podendo ser aplicada em investimento. A poupança das empresas é o lucro retido, não distribuído, que pode ser aplicado em novos investimentos. A poupança do Governo em conta corrente é o que ele arrecada em custo e pode aplicar em investimentos que geram a criação de novos empregos. Acontece que a soma disto tudo, que seria a poupança nacional, não é suficiente para suprir as necessidades de investimentos do País. É por essa razão que precisamos de investimentos externos, de capital estrangeiro que seja aplicado aqui, obedecendo às nossas leis e dentro dos limites de remessa de lucros por elas fixados. Precisamos que o capital estrangeiro complemente a poupança nacional, para que possamos implementar esses investimentos e criar novos empregos, para promover o desenvolvimento econômico e social que o País precisa.

O Sr. Siqueira Campos (Líder do PDC) — Sr Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

A SRA. PRESIDENTA (Irma Passoni) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr Presidenta, Srs. Deputados,

Maio de 1988

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Quarta-feira 18 1831

a criação do Estado do Tocantins, que está prestes a acontecer, abre largas possibilidades de investimento público e privado para os seus oitenta municípios, que, apesar das imensas riquezas que possuem — terras férteis, recursos hídricos, minérios e extensas reservas florestais — sofrem as consequências da falta de governo e, portanto, do abandono a que vêm sendo relegados.

Com uma população de 1.200.000 habitantes, o futuro Estado do Tocantins tem todas as condições de transformar-se, a médio prazo, no maior produtor agropecuário do Brasil, desde que sejam feitos investimentos em projetos de agricultura irrigada e projetos agroindustriais de laranja, caju, mandioca e de criação e abate de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, aves e de industrialização dos seus produtos e derivados.

Embora com dedicação exclusiva aos trabalhos da Constituinte e à tramitação da proposta de criação do Estado do Tocantins, estou mantendo contatos com investidores e autoridades federais com o objetivo de conseguir recursos, inclusive da conversão da dívida externa em capital de risco, para projetos privados nas mais diversas regiões do novo Estado.

Com o objetivo de erradicar o desemprego nos oitenta municípios do futuro Estado do Tocantins, estou convocando os empresários, sindicatos e associações industriais, comerciais, agrícolas e pecuárias, líderes políticos e pessoas interessadas da região para um grandioso esforço conjunto para atrair investimentos para os diversos setores de sua economia, aproveitando a magnífica situação geográfica da área e os benefícios da Sudam.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que a união de todas as forças vivas do Estado do Tocantins fará eliminar a fome, o desemprego, as doenças endêmicas, o analfabetismo, a falta de moradia e a miséria do nosso belo e fértil território.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Siqueira Campos a Sr. Irineu Passoni, Suplente do Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Homero Santos, Primeiro-Vice-Presidente.

O Sr. José Tavares — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOSE TAVARES (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente Homero Santos — é uma alegria muito grande vê-lo presidindo os trabalhos desta manhã — Sr. e Sras. Deputados, a sessão que estamos vivenciando foi marcada e definida para analisar, em regime de urgência, o projeto que regulamenta as eleições municipais deste ano, já analisado na última sessão da Câmara dos Deputados, tendo recebido inúmeras emendas. Voltou novamente ao Relator, Deputado Cid Carvalho e, agora, estamos praticamente concluindo a fase de análise das emendas do plenário.

Sr. Presidente, nobres Colegas, creio ser dispensável entrarmos no mérito desse projeto. Todavia, é o que é nosso dever deixar registrado aqui, em nome da Liderança do PMDB, a importância de aprovarmos esta matéria o mais rápido possível. Nos finais de semana, quando visitamos nossas bases, somos reiteradamente questionados a respeito da realização ou não de eleições diretas neste ano. Soumos lutar inicamente nas nossas colocações, quando afirmamos que só temos uma única certeza, qual seja a de que a realização das eleições municipais em 15 de novembro de 1988.

Por que, Sr. Presidente? Porque se este Congresso Nacional, se o PMDB, que é o maior partido desta Casa, de alguma forma contribuir para a não-realização dessas eleições, não há mais sentido em ficarmos aqui. É o grande momento que o povo brasileiro tem para extravasar suas ansiedades, suas inquietações, suas frustrações e seus resentimentos, já que as eleições presidenciais, pelo que estamos presentes, virão somente no ano que vem.

Sou um homem de 38 anos de idade, nobre Deputado Amaury Müller; não vivo de ilusões. Voto pelos quatro anos, votei pelo Parlamentarismo, mas não tenho ilusões: as eleições presidenciais não se realizarão neste ano, as evidências estão a nos mostrar. Difira que hoje

começo a somar-me àqueles que acham que não há mais tempo para realizar eleições presidenciais. Realmente, não é possível vivermos de ilusões. Agora, se nós, que estamos há vinte sete ou vinte e oito anos em absoluto jejum eleitoral no que se refere à Presidência da República, não deixarmos o povo votar para prefeito e vereador, não teremos mais o que fazer nesta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, falo em nome do PMDB, na qualidade de Vice-Líder de plantão: repudio qualquer tentativa com o objetivo de prorrogar essas eleições.

Vou mais além. Estamos analisando um projeto que já recebeu parecer preliminar do Sr. Relator e, agora, volta novamente à análise na última sessão da Câmara são um visível sinal de que não há como se falar na não-realização das eleições.

Diante de um fato concreto como este, o da discussão, possivelmente em último turno, do projeto que regulamenta as eleições, projeto necessário e oportuno, não devemos ter a menor dúvida quanto à realização do pleito municipal.

Não sei qual o parecer do Relator Cid Carvalho, mas é importante que S. Ex. tenha com uma postura a mais liberalizante e democrática possível, no sentido de não proscrinarmos o andamento da análise desta matéria pela Câmara dos Deputados, porque ainda temos algumas etapas a cumprir.

Após a aprovação em definitivo pela Câmara, a matéria deve ir ao Senado, lá, evidentemente, o assunto será novamente discutido, porque a Constituição assim determina, e, em seguida, irá à sanção do Sr. Presidente da República.

Devemos, evidentemente, ater-nos aos prazos que este projeto estabelece, se é que realmente queremos concretizar a realização das eleições municipais.

Deus me livre de viver nesta Casa a realização dessas eleições. Não temos o direito de dar aos atuais prefeitos um dia a mais de mandato, porque grande parte deles já não agüentaria mais os seis anos de dificuldades, de trabalho, de dedicação e de sacrifício, e não será o PMDB — partido que representa neste horizonte — que haverá de passar para a História dando mandatos de sete ou oito anos para os atuais prefeitos.

Por isso, concluo, Sr. Presidente, concordando as lide-ランス com assento nesta Casa — falo na condição de Líder de plantão — a agilizarmos os trabalhos visando à aprovação desta matéria o mais rapidamente possível, a fim de que possamos definir as regras das eleições, porque, como sabe V. Ex. e os demais colegas, a campanha eleitoral já está nas ruas, evidentemente aguardando as regras definidoras do pleito municipal de 1988.

O SR. ADYLSON MOTTA — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS-RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, realizou-se ontem uma reunião do Presidente da República com Governadores de estados, retomando, conforme foi aqui dito, a política dos governadores. Naquela oportunidade, foi analisada a situação brasileira, em que o Governo se propõe a apresentar um plano — eu diria — de salvaguarda nacional. O que houve realmente, Sr. Presidente, foi uma repetição do que o Governo vem afirmando desde que iniciou o seu período, sem até hoje apresentar algo de serio, no que respecta ao disciplinamento da sua ação nas diversas áreas de atuação e, principalmente, sem um plano econômico. Esse Governo, em três anos, já teve quatro Ministros da Fazenda.

O Sr. Presidente da República afirmou sua preocupação em torno de três grandes assuntos: a contenção do processo inflacionário, a retomada do crescimento econômico e a redução das disparidades, na que se refere à distribuição de renda, do que ninguém discorda.

Entretanto, não houve apresentação de medidas concretas capazes de atingir estes objetivos. Afirma o Sr. Presidente da República que há necessidade de cortes das despesas públicas, com o represamento de gastos, e ao mesmo tempo fala na retomada do crescimento

econômico. Pelo menos uma coisa S. Ex. admitiu: houve queda efetiva no crescimento econômico. Agora S. Ex. fala na retomada. Quer dizer, confessou seu fracasso em termos de crescimento econômico.

O que ninguém entende é como o Sr. Presidente da República, por meio de uma política de corte de gastos internos, conseguirá, ao mesmo tempo, fazer a retomada da taxa de crescimento econômico e atender as exigências do FMI, quando terá, certamente, de voltar-se a política das exportações, com enormes sacrifícios para a política interna.

Quero frisar, Sr. Presidente, um aspecto que me parece deve ser aqui registrado — até porque o PMDB terá de explicar isto no dia 15 de novembro, nas eleições, e talvez por isso muita gente não desça a realização das eleições municipais: ontem, 21 Governadores e um vice-Governador deram apoio à submissão do Governo brasileiro ao FMI. Não quero julgar o mérito disso: se é ou não correto o que o Governo está fazendo, em termos de política externa, perante o FMI. Os vinte e dois Governadores eleitos pelo PMDB, que foram aos palanques dizer que não aceitavam o monitoramento do FMI, vieram a Brasília dar integral apoio à submissão do Governo brasileiro às regras e às receitas estabelecidas por aquele organismo internacional. É este o ponto que quero deixar registrado, Sr. Presidente, entre tantos outros defendidos nos palanques e negados, na prática, pelo partido majoritário, responsável pelo Governo que afinal, embora uma parcela do mesmo negue essa condição de partida situacionista.

Sr. Presidente, posso o PMDB um partido que não cumpre sua promessa de realizar eleições diretas já, pois está admitindo os cinco anos para o Presidente José Sarney, por ser um partido que está rejeitando sua tese de não-aceitação do monitoramento do FMI e por não haver cumprido nada do que prometeu anteriormente, e que muitos dos seus integrantes, hoje, não desejam eleições, pois o dia 15 de novembro será um encontro com a verdade, uma cobrança de explicação desses comportamentos, bem como do famigerado Plano Cruzado, ou seja, o início do fim do partido que é, hoje, majoritário nesta Casa.

O Sr. Amaury Müller — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT-RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, a Liderança do PDT deseja regozar-se com a declaração antecipada de voto expresso aqui, momentos antes, pelo Líder em exercício do PMDB, ilustre Deputado José Tavares, favorável à realização de eleições municipais neste ano, tal como deseja a própria sociedade brasileira, e ao mandato de quatro anos para o Sr. José Sarney, que é mais do que um desejo, é uma exigência de todos os segmentos responsáveis e majoritários do povo deste País.

Sr. Presidente, não há como negar que artifícios elaborados nos escâneres do poder não podem protelar a realização de um pleito que é ansioso e desejado por quase todos os brasileiros. Porém, a simples realização de eleições não significa que a legislação pertinente possa contribuir para que esse pleito seja efetivamente universal e democrático. Devo confessar que, inicialmente, fiquei um pouco frustrado, decepcionado, com justa razão, com o Relator Cid Carvalho, indicado às pressas para substituir o Relator anterior, Deputado Ibsen Pinheiro. Mas agora eu, que gosto de entrar no mérito das questões não apenas tangencialmente, examiná-las superficial e epidêmica mente, me sinto, de certo modo, gratificado por ter protestado, por ter erguido a voz contra possíveis manobras que seriam engendradas na intimidade do poder, depois de um encontro informal que mantive nesta manhã com o novo Relator, Deputado Cid Carvalho, e com o Líder do PMDB, Deputado Ibsen Pinheiro. Parece que o caminho escolhido para a democratização do pleito, permitindo a participação de partidos em formação, claras dissidências do PMDB que se esfacelam dia a dia — e ninguém vai impedir isso — constitui o antídoto àquelas que sempre preparam contra as eleições, sem entretanto ter a coragem de expor publicamente o seu ponto de vista. Alegro-me ao saber que a Liderança